

NARRAR É PRODUZIR SENTIDO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL NA VIDA DE MULHERES

Narratives produce meaning: an analysis of informal work in women's lives

Gabriela Pecantet Siqueira^{1*}

RESUMO

No Brasil, as pesquisas sobre os sentidos do trabalho no campo sociológico têm sido, predominantemente, qualitativas, alinhadas a perspectivas microcontextuais, com o uso de entrevistas estruturadas e semiestruturadas e aportes teóricos-metodológicos de outras áreas do conhecimento. O artigo apresenta um caminho de pesquisa possível sobre o tema com teorias e metodologias fundamentadas na Sociologia. Para isso, foi considerada uma pesquisa, desenvolvida entre os anos de 2020 e 2022, que buscou compreender os sentidos do trabalho informal para mulheres no sul do Rio Grande do Sul no contexto da Pandemia da Covid-19. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida por meio da técnica de entrevistas narrativas (Jovchelovitch; Bauer, 2019) e para análise dos dados foram mobilizadas as abordagens fenomenológica (Schultz, 1979), disposicional (Lahire, 2002, 2004, 2016) e interseccional (Lugones, 2014, 2020). O uso de entrevistas narrativas permitiu a aproximação de complexidades que permeiam a informalidade, como as estruturas sociais que perpetuam as desigualdades no mundo do trabalho e um sistema de valoração imbricado aos trabalhos informais.

Palavras-chave: Narrativas de trabalhadoras; entrevista narrativa; sentidos do trabalho informal.

ABSTRACT

In Brazil, research on the meanings of work in the sociological field has been predominantly qualitative, with micro-contextual perspectives, structured and semi-structured interviews and theoretical-methodological contributions from other areas of knowledge. The article presents a possible path of research on the senses of work with theories and methodologies based on Sociology. For this, it was considered a qualitative research, developed between 2020 and 2022, which sought to understand the meanings of informal work for women in the south of Rio Grande do Sul in the context of the Covid-19 pandemic. The research was developed using the technique of narrative interviews (Jovchelovitch; Bauer, 2019) and for data analysis were mobilized the phenomenological approaches (Schultz, 1979), dispositional (Lahire, 2002, 2004, 2016) and intersectional (Lugones, 2014, 2020). The use of narrative interviews has allowed the approach of complexities that permeate informality, such as the social structures that perpetuate inequalities in

^{1*} Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda e mestra em Sociologia pelo PPGS da UFPel. Graduanda em Antropologia e bacharela em Direito pela mesma universidade. Atua como educadora de Sociologia no curso Desafio Pré-universitário Popular desde 2022 (PREC/UFPel). Bolsista CAPES. E-mail: gabrielapecantet@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1548-2300>

the world of work and a valuation system embedded in informal work.

Keywords: Workers' narratives; narrative interview; meanings of informal work.

1. INTRODUÇÃO

O entendimento dos sentidos do trabalho informal no contexto brasileiro pressupõe considerar que informalidade no mundo do trabalho no país suscita constantes debates e diversas conceituações para seu entendimento, bem como inúmeras propostas para sua mensuração, resultantes da sua heterogeneidade e complexidade característica. No Brasil, existe uma semiformalidade, “situações nas quais operam, de forma articulada e complementar, atividades formais e informais” (Nogueira, 2016, p. 7), que contribui para tordar as possibilidades de análise. As dinâmicas presentes na informalidade estão relacionadas a uma série de códigos, repertórios, representações, institucionalidades, estruturas produtivas, estruturas de renda, estruturas de ocupação própria, além de inúmeros outros fatores peculiares de determinada sociedade (Nogueira, 2018).

Os sentidos do trabalho informal são construídos a partir de disposições conformadas em determinado contexto econômico, social, político, cultural, tecnológico, eivado de representações e de simbolismos. Além disso, ganham contornos particulares com distintas experiências e relações intersubjetivas no ambiente familiar, escolar, laboral, entre outros, ao longo de uma trajetória de vida e estão em constante transformações, visto que sofrem mudanças a partir da socialização em diferentes espaços sociais (Siqueira, 2022). Em investigações que buscam apreender os sentidos atribuídos ao trabalho informal, é fundamental considerar o momento sócio-histórico e cultural estudado, assim como quem são as pessoas inseridas na informalidade (D'Arísbo, Boff, Oltramari, Salvagni, 2018). No caso brasileiro, isso implica levar em conta questões como informalidade e desemprego estrutural do mundo do trabalho e a divisão sociosexual e racial do trabalho, por exemplo.

Conforme Cardoso (2016), no país o trabalho informal faz parte da experiência de vida de uma proporção significativa da população, onde grande parte das pessoas não acessa direitos sociais vinculados ao trabalho formal, como 13º salário, férias, auxílio acidente ou doença, ou seja, não possuem proteção social. Contudo, vale destacar que os graus de precariedade laboral são variados, uma vez que no Brasil existem desigualdades que distribuem ocupações, posições hierárquicas e remunerações de acordo com gênero, raça, classe e geração, do qual a informalidade não é exceção.

Neste sentido, isto faz com que as perspectivas individuais sobre o trabalho informal que se encontram em posições socioeconômicas distintas, por exemplo, possam ser completamente diferentes (Mick; Nogueira, 2023).

Outra questão que também influencia na multiplicidade de sentidos construídos sobre a categoria trabalho informal são as mudanças sociais. Momentos de transformações na sociedade, no campo político, econômico e trabalhista, e avanços tecnológicos, influenciam como as pessoas percebem, valorizam e se relacionam com o trabalho informal, o que torna as pesquisas sobre o tema ainda mais fundamentais (Bastos; Pinho; Costa, 2005).

Neste cenário heterogêneo e dinâmico, a escolha de abordagens metodológicas que possibilitem a interpretação de distintas percepções e trajetórias de vida são essenciais para tentar reconstruir sociologicamente os múltiplos sentidos atribuídos ao trabalho informal. A seleção dos métodos, dos conceitos e das teorias é um processo fundamental e altamente artesanal, pois requer atenção às problematizações levantadas, ao problema de pesquisa formulado e aos objetivos do estudo para garantir que o propósito da investigação seja alcançado. Cabe ressaltar que cada escolha metodológica apresenta suas vantagens e limitações, que também devem ser levadas em conta em cada estudo.

No Brasil, as pesquisas sobre o tema dos sentidos do trabalho no campo sociológico têm sido, predominantemente, qualitativas, alinhadas a perspectivas microcontextuais, com o uso de entrevistas estruturadas e semiestruturadas e aportes teóricos de distintas áreas do conhecimento. O presente artigo apresenta o caminho metodológico escolhido para uma pesquisa desenvolvida entre 2020 e 2022, com o objetivo de compreender os sentidos concedidos à informalidade por mulheres trabalhadoras no contexto da Pandemia Covid-19 (2020-2022). Para tanto, foram realizadas entrevistas narrativas, todas virtualmente devido ao distanciamento social².

Na análise das narrativas foi mobilizada a abordagem disposicional de Lahire (2002, 2004, 2016), a perspectiva fenomenológica de Schutz (1979) e a interseccional de Lugones (2014, 2020). Com estas busquei identificar as disposições incorporadas em experiências passadas, com base, sobretudo, no contexto escolar, familiar e laboral, que contribuíram para a constituição dos sentidos do trabalho informal. A fim de contemplar a pluralidade das experiências e trajetórias destas mulheres, foram consideradas variáveis de gênero, classe, raça e geração, visto que as trabalhadoras

² O distanciamento social foi a principal estratégia adotada no Brasil para reduzir a interação entre indivíduos em uma determinada localidade, visando a diminuir a transmissão do do vírus causador da Covid-19.

encontram-se em sujeições interseccionais ao atravessarem estes espaços sociais e vivam a informalidade de maneiras distintas.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três tópicos. Nas páginas seguintes apresento, no primeiro tópico, uma revisão da literatura sobre a temática dos sentidos atribuídos ao trabalho no campo sociológico e o modelo analítico mobilizado na pesquisa citada. No segundo, foi tratado do processo de construção e produção de dados com a realização de entrevistas narrativas. E, no terceiro tópico, a análise dos dados co-construídos com as interlocutoras.

2.OS SENTIDOS³ DO TRABALHO INFORMAL

Os sentidos atribuídos ao trabalho passaram a ser objetos de pesquisas em meados dos anos 1970 em diferentes áreas do conhecimento. Boa parte destas foram desenvolvidas na área da saúde, administração, da Sociologia e em outras áreas, o que revela o aspecto multidimensional e interdisciplinar do tema (Tolfo; Piccinini, 2007). As áreas de Sociologia e Psicologia são as que mais se destacam na produção científica sobre a temática (Prates; Silva; Piccinini, 2014). A literatura aponta que um dos primeiros estudos sobre o tema foi desenvolvido pelos psicólogos Hackman e Oldham (Morin, 2001; Tolfo, Piccinini, 2007; Lemos, Sá, 2017), que investigaram as relações entre os sentidos construídos sobre o trabalho e a qualidade de vida de trabalhadores/as⁴. Nas décadas seguintes, o tema passou a ser mais explorado, sobretudo devido às transformações tecnológicas e produtivas que impactaram o mundo do trabalho (Andrade, Tolfo, Dellagnelo, 2012; Lemos, Sá, 2017).

No campo sociológico brasileiro cabe citar a pesquisa realizada por Ricardo Antunes, que resultou no livro *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho* (2000). Antunes apresenta a categoria trabalho em sua universalidade com o objetivo de compreender as relações entre a reestruturação produtiva na Inglaterra – no auge das políticas neoliberais e da introdução do toyotismo nos processos de trabalho – e os sentidos do trabalho. Com foco

³ Tolfo et al. (2011) definem significados do trabalho como construções elaboradas coletivamente em um determinado contexto histórico, econômico e social, e os sentidos do trabalho a apreensão individualizada do que foi construído coletivamente nas experiências cotidianas, perspectiva que adotei na pesquisa desenvolvida.

⁴ Hackman e Oldham propuseram um modelo para tentar explicar “como as interações, as características de um emprego e as diferenças individuais influenciam a motivação, a satisfação e a produtividade dos trabalhadores” (Morin, 2001, p. 9) e chegaram à conclusão que para um trabalho ter sentido deve ser importante, útil e legítimo, além de apresentar variedade de tarefas, ser não-alienante e proporcionar feedbacks sobre seu desempenho nas atividades realizadas (Tolfo; Piccinini, 2007).

macrossociológico e adotando uma abordagem crítica, o autor demonstra o que seria um trabalho com sentido a partir da reprodução de discursos, ideologias e hegemonias.

distinto do atribuído pela humanidade. Para o autor, o trabalho só teria sentido com a existência de uma organização societária baseada no trabalho livre e concreto, com espaço de criação e realização individual, ou seja, somente “quando superadas as condições de desumanização do trabalho assalariado, que tem suas raízes na propriedade privada dos meios de produção” (Ferraz; Fernandes, 2019, p. 171).

Pesquisas posteriores⁵ conferiram uma ênfase maior às interações sociais cotidianas e nas trajetórias de vida de trabalhadores/as, explorando as relações entre aspectos objetivos do mundo do trabalho e as subjetividades destes/as. Os estudos investigam como mudanças nos macrocontextos sociais, como a reestruturação produtiva, mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho, as inovações tecnológicas, a flexibilização das relações trabalhistas, dentre outras, influencia nos contextos mais particulares. A maior parte das pesquisas são qualitativas, com o uso de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, e mobilizam aportes teóricos dos estudos de Morin (2001), pesquisadora canadense que buscou compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por uma perspectiva de gestão organizacional (Ferraz; Fernandes, 2019).

Para Morin (2001), as pessoas significam⁶ apenas os sentidos atribuídos ao trabalho que permitam o reconhecimento positivo na atividade desenvolvida. Os problemas de produtividade emergem quando há “um baixo grau de correspondência entre as características da pessoa e as propriedades das atividades desempenhadas” (Ferraz; Fernandes, 2019, p. 175). A autora conclui que “o comprometimento com o trabalho constitui o principal indicador de uma organização eficaz” (Morin, 2001, p. 9).

As abordagens de diferentes disciplinas favorecem o entendimento de diferentes dimensões de um mesmo objeto de estudo, porém é importante reconhecer que cada disciplina possui suas próprias premissas e objetivos específicos. Deve haver cuidado na articulação de bases teórico-metodológicas de áreas distintas, do contrário há o risco de resultar em uma análise superficial e uma compreensão insuficiente a partir de qualquer um dos ramos do conhecimento. Além disso, o modelo analítico construído, o aporte conceitual, as perspectivas e metodologias adotadas devem estar alinhadas ao problema de pesquisa e objetivos do estudo.

No desenvolvimento da pesquisa apresentada neste artigo, levantei problematizações sobre as

⁵ Como estudos de Azambuja, 2007; Moura, 2009; Mariz, 2010; Oliveira, 2012; Bittencourt, 2012; Silva, 2020.

⁶ Para Morin (2001) o termo sentido abarca o conceito de significado do trabalho. O sentido do trabalho é composto pelo significado, pela orientação e pela coerência do trabalho.

diferentes posições que as mulheres ocupam no mundo do trabalho com base nos marcadores sociais das diferenças, que tornam suas experiências e maneiras de perceber a informalidade distintas, sobretudo em momentos de profundas transformações, como o contexto de crise sanitária decorrente da Pandemia da Covid-19 (2020-2022). O objetivo geral foi compreender os sentidos atribuídos ao trabalho informal por mulheres no sul do Rio Grande do Sul no contexto da Pandemia da Covid-19 (2020-2022). Para atingir este propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) Analisar as narrativas de mulheres que trabalharam informalmente no contexto da Pandemia da Covid-19; ii) Identificar disposições incorporadas ao longo das trajetórias de vida que contribuíram na construção de sentidos dos trabalhos informais; iii) Identificar os ganhos obtidos e o tempo de permanência em trabalhos informais, entre outros aspectos; e iv) Analisar os efeitos da Pandemia da Covid-19 nos cotidianos e no trabalho informal destas mulheres.

As teorias e metodologias foram selecionadas com base nos princípios e fundamentos estabelecidos no campo da Sociologia. O método escolhido para a produção de dados foi a entrevista narrativa (Jovchelovitch; Bauer, 2019), pois o processo de narrar envolve a organização, conexões e apresentação de eventos, ideias ou experiências de uma maneira que gera sentidos próprios. As entrevistas foram realizadas durante o período de agosto a dezembro de 2021, todas virtualmente devido ao distanciamento social. Com a narrativa “as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social” (Jovchelovitch; Bauer, 2019, p. 90).

No estudo, o conceito de sentido foi explorado a partir da fenomenologia⁷ sociológica de Alfred Schutz (1979), que tem como espinha dorsal a abordagem sociológica de Max Weber e o programa filosófico da fenomenologia de Edmund Husserl (Alves, 2021). Para Schutz (1979), a ação individual no mundo social é experimentada na consciência, conforme referências estabelecidas com relações intersubjetivas inscritas nas experiências cotidianas do mundo da vida. O sentido emerge com a ação intencional na relação entre a consciência e os objetos. Este processo influencia na construção dos sentidos, das percepções e das representações experimentadas no cotidiano.

Os sentidos atribuídos ao trabalho são moldados à medida que resultam de relações intersubjetivas em diferentes contextos de socialização. Ao longo das trajetórias da vida estes sentidos modificam-se conforme a incorporação de disposições no espaço familiar, escolar e laboral

⁷A fenomenologia nasceu no início do século, na Alemanha, com Edmund Husserl, que recebeu influências do pensamento de Platão, Descartes e Brentano. Podem ser citados como intelectuais influenciados pelo pensamento husserliano Martin Heidegger, Alfred Schutz, Jean Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty.

(Lahire, 2002; 2004). Na senda deste raciocínio, os sentidos do trabalho não são unívocos, ao contrário, expressam o social no qual trabalhadores/as estão inseridos/as e as variações sociais e pessoais que este comporta. Neste sentido, cada indivíduo é um microcosmo do mundo social, refletindo suas complexidades e dinâmicas em sua própria vida e comportamento. Nas palavras de Bernard Lahire: “A concepção de que existe um social (ou uma história) em estado incorporado, sob a forma de disposições a agir, a crer, a sentir, etc., me parece fundamental quando nos propomos compreender as práticas ou os comportamentos” (Lahire, 2016, p. 2).

Lahire aprofunda o conceito bourdieusiano de *habitus* para investigar a relação entre os processos de transferência de disposições das estruturas sociais aos indivíduos. O autor vai além de um simples mecanismo de intercâmbio que conforma um patrimônio disposicional, pois entende que existem múltiplos fatores envolvidos ao longo de uma trajetória social que contribui ou não para a incorporação de disposições. Assim, as disposições são gerais, duráveis e possíveis de serem ativadas ou não em diferentes momentos da vida, o que está diretamente relacionado com como foram incorporadas (Lahire, 2002, 2004).

O sociólogo analisa os processos de socialização para compreender como os contextos sociais influenciam nas maneiras de pensar, agir e sentir específicas. O estudo dos contextos são essenciais para compreender a formação das identidades e o patrimônio disposicional que orientam as ações individuais e coletivas. A partir desta lógica, Lahire tem seu interesse voltado, principalmente “em como os indivíduos mobilizam seus patrimônios de disposições (de esquemas de ação) conforme a pluralidade de contextos (que servem como molas da ação)” (Rodrigues, 2018, p. 28). O autor adota uma abordagem diacrônica e sincrônica para analisar como as práticas e as estruturas sociais se relacionam e mudam ao longo do tempo.

A partir da análise sociológica à escala individual proposta por Lahire foi possível levantar informações detalhadas das trajetórias das trabalhadoras, estudar as disposições incorporadas e mobilizadas através de suas experiências. Adicionalmente, foram consideradas as múltiplas interseções de opressão que recaem sobre as trabalhadoras, as quais singularizam suas experiências no mundo da vida (Schutz, 1979). Estas relações de poder tensionam a posição que as mulheres ocupam nos percursos sociais e reproduzem assimetrias que se concretizam nas vivências particulares.

Segundo Passos e Nogueira, “as relações sociais no Brasil foram constituídas e assentadas na exploração e desigualdade de classe e nas opressões de gênero e raça/etnia” (2018, p. 489). Existe uma divisão sociossexual e racial no mundo do trabalho hoje, resultante da formação social

do país assentada no racismo e no patriarcado, que o compõem desde o colonialismo (Passos, Nogueira, 2018). A posição ocupada por mulheres negras no mundo do trabalho é completamente distinta daquela ocupada pelas mulheres brancas (Mello, 2016; Machado, Costa, Dutra, 2018), o que faz a informalidade no mundo do trabalho ganhar sentidos diferentes para elas.

As trabalhadoras na esfera produtiva no país são majoritariamente sub-remuneradas, ocupam os trabalhos mais precários e de menor prestígio social, como o trabalho doméstico e de cuidado assalariados, nichos tradicionais de ocupação feminina (Bruschini, 1998; Araújo e Lombardi, 2013; Proni e Gomes, 2015; Lombardi, 2017). Ainda quando acessa a esfera produtiva, grande parte das mulheres enfrenta uma “sobrecarga de trabalho e de tempo de trabalho em decorrência de uma jornada que compreende trabalho assalariado e trabalho doméstico não assalariado” (Ávila, 2004, p. 18), visto que o trabalho reprodutivo é considerado como uma responsabilidade das mulheres. Quando considerada a dimensão racial, ocorre uma sobrecarga maior para as mulheres negras (Mello, 2016).

As experiências para as mulheres em trabalhos informais variam conforme suas posições socioeconômicas e marcadores sociais das diferenças, motivo pelo qual a perspectiva do feminismo decolonial com foco no conceito da interseccionalidade de María Lugones (2014; 2020) também foi mobilizado a fim de aprofundar a compreensão. Lugones articula a interseccionalidade – introduzido pelo feminismo negro – e a colonialidade do poder⁸ de Quijano (Lugones, 2020), o que contribui para evitar a fragmentação da análise e a homogeneização das condições das mulheres.

Apresentado o modelo analítico construído para o estudo, no tópico seguinte foi tratado do processo de construção e produção de dados com a realização de entrevistas narrativas. A fim de apreender as diferentes percepções em relação à informalidade e para compreender como o trabalho informal é vivido singularmente pelas trabalhadoras, o critério de escolha das interlocutoras foi o da diversidade, tanto em relação às atividades desenvolvidas como de classe, raça e geração.

3. DA CONSTRUÇÃO DAS REDES DE INTERLOCUÇÕES ÀS ENTREVISTAS NARRATIVAS

Os primeiros contatos com as possíveis interlocutoras foram estabelecidos no início de 2020. Para isso, conversei com pessoas das minhas redes pessoais que poderiam indicar trabalhadoras para as entrevistas. Também apliquei questionários via *Google Forms* por meio de redes sociais digitais, como o *Facebook* e o *Whatsapp*, com a finalidade de ampliar as possibilidades de mulheres

⁸ A colonialidade de poder são as dinâmicas de poder que persistem mesmo com o fim formal do colonialismo político.

entrevistadas e alcançar uma diversidade maior de perfis. No questionário apresentei brevemente a pesquisa e dentre outras questões indaguei se seria possível estabelecer uma conversa a respeito de suas experiências em trabalhos informais.

Houve um retorno de 88 respostas, das quais apenas duas pessoas se manifestaram contrárias a um novo contato. A maior parte das mulheres se declarou branca (60,3%), prevalecendo com ensino superior completo ou em andamento e com idades entre 21 a 25 anos. Foram alcançadas trabalhadoras de diversas regiões do país, sendo a maioria residentes nos estados do Rio Grande do Sul (48,9%) e São Paulo (40,9 %). Neste momento decidi fazer um recorte da abrangência territorial da pesquisa, concentrando apenas trabalhadoras do Rio Grande do Sul, uma vez que cada região e estados brasileiros apresentam condições particulares em relação à informalidade no mundo do trabalho.

Em 2021, como parte do esforço para garantir a realização de entrevistas com mulheres pertencentes a diferentes classes sociais, raças, faixas etárias e níveis de escolaridade, busquei por mais indicações de trabalhadoras através dos meus contatos pessoais e apliquei um novo questionário em mídias sociais, em grupos mais diversificados de Facebook e WhatsApp. Neste segundo momento foram alcançadas um número menor de trabalhadoras, mas a composição apresentou um número maior de mulheres negras e com escolaridade mais baixas, e com a indicação de pessoas próximas tive acesso a duas trabalhadoras com mais de 60 anos. Com isso, os usos de recursos digitais se adequaram às necessidades de construção da pesquisa naquela circunstância de Pandemia e distanciamento social, permitindo alcançar mulheres com diferentes trajetórias sociais e visões sobre o mundo do trabalho.

No segundo semestre de 2021 comecei a realizar as entrevistas, todas virtualmente em virtude da crise sanitária. Como forma de ampliar minha rede de interlocuções solicitei a indicação das entrevistadas de outras possíveis mulheres para participar da pesquisa, técnica conhecida como Bola de Neve ou Snowball. Para a pesquisa foram utilizadas onze entrevistas e uma conversa informal estabelecida com uma interlocutora, Mônica⁹. Conforme o quadro apresentado a seguir, as trabalhadoras possuíam entre 23 e 63 anos, oito se autodeclararam brancas e quatro negras, possuíam escolaridade entre médio incompleto e pós-graduação completa e todas residentes na cidade de Pelotas ou cidades próximas desta. As interlocutoras desenvolviam diversas atividades de maneira informal, como diarista, cuidadora de idosos, doceira, padieira, dona de salão de beleza, manicure, massoterapeuta, fotógrafa e moderadora de site.

⁹ Os nomes de todas as interlocutoras foram alterados a fim de preservar suas identidades.

Quadro 1: Caracterização das participantes da pesquisa

Nome	Cor/Raça	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Filhos(as)	Atividade desenvolvida informalmente
Ana	Branca	23	Pós-Graduação em andamento	Solteira	0	Doceira
Bruna	Branca	44	Graduação em andamento	Casada	1	Fotógrafa
Cláudia	Branca	30	Graduação em andamento	Casada	1	Dona de salão de beleza
Débora	Branca	30	Pós-Graduação completa	Solteira	0	Moderadora de <i>site</i>
Eduarda	Preta	30	Pós-Graduação completa	Solteira	0	Profissional de <i>marketing</i> e comunicação
Gabriele	Branca	63	Ensino Médio incompleto	Casada	2	Massoterapeuta
Heloísa	Branca	29	Pós-Graduação completa	Solteira	0	Moderadora de <i>site</i>
Isadora	Branca	26	Pós-Graduação completa	Casada	0	Doceira
Jaqueline	Parda	32	Ensino Médio incompleto	Casada	3	Diarista
Karen	Preta	62	Ensino Médio completo	Casada	2	Diarista
Laura	Branca	35	Graduação em andamento	Solteira	2	Diarista
Mônica	Parda	30	Pós-Graduação em andamento	Casada	1	Padeira

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As entrevistas narrativas foram realizadas com base em um roteiro previamente elaborado.

Antes de iniciar com as perguntas realizei uma breve apresentação pessoal e explicações sobre a pesquisa, bem como assegurei o anonimato e sigilo das informações que seriam compartilhadas, informando também que a participação das entrevistadas era totalmente voluntária e a qualquer momento poderiam desistir de participar da pesquisa e, por fim, solicitei autorização para gravar o diálogo. Em seguida, passei a fazer perguntas gerativas associadas aos cinco blocos temáticos, relativos à trajetória escolar, trajetória laboral familiar, experiências de trabalho, sobre a Pandemia da Covid-19 e, por último, sobre a percepção a respeito da categoria trabalho informal.

Cada bloco tinha como finalidade contemplar a problemática de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos. Ademais, as perguntas gerativas abrangiam um rol de vários outros questionamentos, que podiam ou não ser contemplados com os relatos construídos, mas caso não fossem eram realizados ao final da narrativa das entrevistadas sobre determinado tema, antes que passássemos para o bloco seguinte.

Durante a fala das interlocutoras, meu papel restringiu-se a apenas encorajar e estimular através de curtas manifestações verbais e não-verbais para não interromper os relatos. A construção das narrativas nas entrevistas seguiu regras próprias, de acordo com o que era apontado pelas trabalhadoras de seus passados (Rosenthal, 2014). As trabalhadoras produziam suas narrativas escolhendo certos termos, palavras e fazendo conexões entre acontecimentos, o que revelava suas maneiras de pensar e externava suas compreensões e sentidos singulares com base em suas experiências. O ato de narrar contribuiu para que refletissem e organizassem oralmente suas experiências pretéritas, em uma estrutura que possibilitou que tecessem sentidos às suas ações. Em outras palavras, as narrativas envolveram uma “deposição de valores” (Spink; Gimenes, 1994).

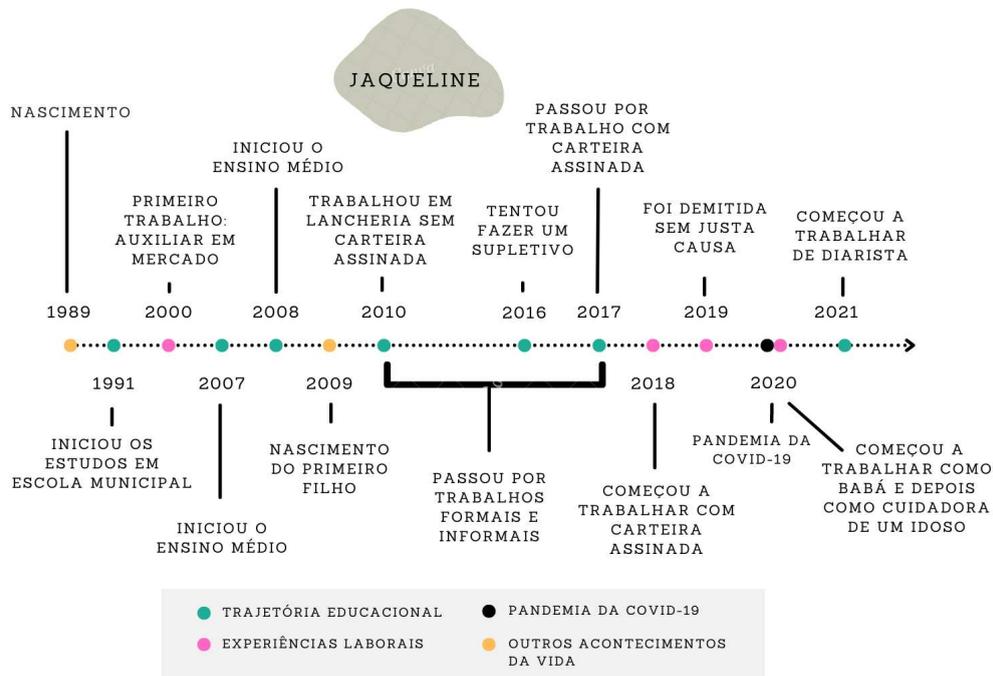
De acordo com Rosenthal (2014), no momento que alguém lembra de um acontecimento a partir de sua perspectiva atual, as experiências são recordadas de maneira diferente daquelas vivenciadas. Segundo a autora:

As vivências narradas se referem a lembranças que se apresentam no processo narrativo, essas lembranças não se referem a um estoque de memórias que contenha lembranças firmemente armazenadas ou fixadas. Pelo contrário: o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso (Rosenthal, 2014, p. 229).

As experiências narradas foram reinterpretadas e ganharam um novo sentido por meio da “recordação” (Rosenthal, 2014). Ao falarem dos seus passados, as trabalhadoras buscaram por determinadas lembranças em suas trajetórias sociais, que foram tematizadas de uma forma bem específica conforme as perguntas gerativas, e analisadas por uma perspectiva diacrônica-sincrônica.

Na etapa de análise, os relatos foram explorados individualmente, com destaque dos acontecimentos mais significativos ao longo das trajetórias de suas vidas, que foram organizados cronologicamente, resultando nas “Linhas de Experiências” conforme a Figura 1 da participante Jaqueline.

Figura 1: Linha de experiências de Jaqueline



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A análise temática (Bardin, 2011)¹⁰ foi utilizada nos relatos transcritos, considerando categorias previamente estabelecidas juntamente à outras que surgiram da categorização sequencial, que foi realizada conforme características de valorização e desvalorização da informalidade. Primeiro foram observadas as entrevistas individualmente e depois em conjunto, o que contribuiu para que particularidades e semelhanças se revelassem. As categorias comuns entre as entrevistas foram incorporadas na análise temática.

Esta etapa permitiu identificar elementos importantes das experiências sociais pregressas (no âmbito familiar, escolar e laboral) e percepções das trabalhadoras que influenciam na variedade de

¹⁰ Conforme apresenta Laurence Bardin (2011), a análise temática é um tipo de análise de conteúdo que pode ser classificada como uma análise dos “significados”.

entendimento sobre a informalidade, como o período ou planejamento da permanência em trabalhos informais, se os rendimentos obtidos eram uma renda extra ou de subsistência e as diferentes implicações da pandemia da Covid-19 em suas vidas.

4. O TRABALHO INFORMAL A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID-19

O aparecimento de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) no final de 2019, que rapidamente se proliferou e causou milhares de mortes por dia, fez a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar, em março de 2020, a Pandemia da Covid-19¹¹. Neste contexto de crise sanitária global ocorreu uma profunda modificação nas formas de viver e nas dinâmicas da vida em sociedade. As consequências ultrapassaram as questões relacionadas à saúde pública, trabalhadores e trabalhadoras que estavam na informalidade no Brasil sofreram “uma grave violência estrutural, expostos ao vírus, à desinformação, ao temor pela morte de seus familiares, ao desemprego e a dura condição de não ter escolha” (Leal, 2020, p. 59).

Neste contexto, o mercado de trabalho brasileiro, de acordo Pnad-Contínua, teve 3 milhões de postos de trabalho fechados quando comparado novembro de 2019 a janeiro de 2020 com fevereiro a abril de 2020, sendo que 2 milhões eram informais (Prates et al, 2021). As entrevistadas narraram mudanças em várias áreas de suas vidas, nas dinâmicas familiares e nas laborais. Em relação ao trabalho produtivo, a maioria delas já desenvolvia alguma atividade informal antes de declarada a Pandemia da Covid-19. Durante a Pandemia, a maioria das interlocutoras teve impactos negativos em relação à renda, excetuando as que trabalhavam como moderadoras de site.

A fim de mitigar os efeitos causados pela Pandemia da Covid-19 no Brasil, o governo federal criou o Auxílio Emergencial (instituído por meio da *Lei n.º 13.982/2020*), que foi um benefício financeiro implementado com o objetivo de garantir uma renda mínima às pessoas em vulnerabilidade social durante o período. Contudo, o Auxílio Emergencial apresentou várias condicionantes na realização de cadastro, além das exigências de documentação para o cadastramento e o uso do aplicativo, o que dificultou seu acesso por parte das pessoas mais vulneráveis (Marins et. al., 2021). A maioria das interlocutoras não recebeu o Auxílio Emergencial, pois não solicitaram ou tiveram o benefício negado.

Apenas três entrevistadas receberam o benefício, Cláudia (branca, 30 anos, graduação em andamento, dona de salão de beleza) e Laura (branca, com 35 anos e graduação em andamento,

¹¹ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Pandemia mundial de Covid-19 como crise sanitária global no dia 11 de março de 2020.

diarista), ambas por um curto período de tempo, e Isadora (branca, 23 anos, pós-graduação em andamento, doceira), por um período maior. Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto, diarista) solicitou, mas o benefício não foi concedido e não teve maiores explicações sobre a negativa.

Quando observados os efeitos da Pandemia sobre a renda das entrevistadas, as consequências foram distintas ao serem consideradas a classe, a raça e a geração, suas posições familiares, o papel da renda obtida em trabalhos informais – como fonte principal de renda ou complementar – e a depender da área de atuação ou atividade desenvolvida. A seguir é apresentado brevemente as trajetórias das trabalhadoras e os sentidos atribuídos aos trabalhos informais, as quais foram agrupadas conforme atividades que desenvolviam informalmente durante a Pandemia da Covid-19.

Quando observadas as trajetórias laborais das trabalhadoras pode ser identificada uma diversidade de vínculos, ocupações e relações de trabalho, mas com diferenças quanto ao trânsito pela formalidade-informalidade. A trajetória laboral da maioria das interlocutoras, iniciada com idades entre 11 e 17 anos, contribuiu para que acumulassem disposições tanto para a inserção na informalidade como para o desenvolvimento de trabalhos informais, bem como para lidar com adversidades e instabilidades externas que provocam diversas inseguranças e que acompanham a informalidade. Quando desencadeada a Pandemia, não se apresentou uma realidade completamente desconhecida para elas, com exceção de Eduarda.

A trabalhadora Eduarda (preta, 30 anos, graduação completa, solteira e sem filhos/as) foi a entrevistada que passou pela experiência de trabalhar informalmente uma única vez. Eduarda estudou em escola pública no ensino fundamental e médio, concluiu a graduação em 2014 em uma universidade particular e em 2020 começou uma segunda graduação, desta vez em uma universidade pública. Sua primeira experiência de trabalho ocorreu por meio do programa Jovem Aprendiz, quando estava no ensino médio, mais tarde foi estagiária em uma empresa que a contratou formalmente posteriormente. Mudou de emprego, com carteira assinada, em 2019, permanecendo neste até 2020. No início de 2020, antes de ser declarada a Pandemia, passou a trabalhar como profissional de marketing e comunicação em outra empresa, em uma situação de “MEIcização”, no qual permaneceu até o final de 2021.

Neste trabalho, Eduarda obtinha renda para arcar com despesas essenciais como aluguel, luz e água, mas foi “demitida” em outubro de 2021, por questões relacionadas aos efeitos do novo contexto pandêmico na empresa. A trabalhadora, no entanto, ficou sem ocupação e renda por um

curto período de tempo, pois em novembro do mesmo ano conseguiu um emprego com carteira assinada. Os pontos positivos ou negativos apresentados não estavam relacionados ao fato de o trabalho ser formal ou informal, mas a outras questões. Apesar de não ter um grande repertório disposicional em relação a trabalhos informais em sua trajetória laboral, sua mãe trabalhou informalmente, o que pode ter contribuído com a inserção de Eduarda neste tipo de relação trabalhista. Eduarda começou a trabalhar em uma empresa no início de 2020, com configuração de vínculo empregatício nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas a empresa solicitou sua formalização como Microempreendedor Individual (MEI), caracterizando o processo de “MEIcização” (Abílio, 2021).

Uma das ocupações mais afetadas na Pandemia foi o trabalho doméstico remunerado sem carteira assinada (Tokarski, Pinheiro, 2021). As diaristas Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto, casada e mãe de três crianças), Karen (preta, 62 anos, ensino médio completo, casada e com duas filhas adultas) e Laura (branca, 35 anos, graduação em andamento, solteira e mãe de uma criança e de um bebê), tiveram uma queda na procura por seus serviços e em suas rendas. Karen tinha 62 anos, se autodeclarou preta, era casada e tinha duas filhas adultas, com ensino médio completo, começou a trabalhar como diarista em meados de 1993 como forma de complementar a renda. Sua mãe era diarista, o que expressa uma disposição prévia para realizar a atividade.

No caso de Karen, é preciso considerar que a inserção de trabalhadoras com mais de 60 anos em trabalhos formais é desafiadora no Brasil e a coloca no grupo de pessoas mais incorporadas na informalidade, as que estão no final do ciclo de vida laboral (Araújo; Lombardi, 2013; Félix, 2016; Corrêa, 2023). Além disso, ser mulher preta, em uma sociedade que perpetua o racismo, também diminui suas possibilidades de inserção em um trabalho formal (Mello, 2016). Tal cenário contribui para que o trabalho como diarista se tornasse uma realidade duradoura em sua vida.

Durante os primeiros seis meses após declarada a Pandemia, Karen contou com o pagamento de três famílias para as quais prestava seus serviços de maneira mais regular, sem precisar prestar seus serviços, configurando uma rede de apoio do tipo comunitário (Siqueira; Almeida, 2023). O trabalho informal para a trabalhadora está vinculado à incerteza, tanto na dúvida de “ter um serviço no dia seguinte” quanto à insegurança financeira. A interlocutora sublinhou mais de uma vez durante a entrevista a importância de estar “fazendo algo”, ainda que informalmente. O não-trabalho para ela tem uma valoração negativa, o que faz do ganho obtido com o trabalho informal uma característica que reforça o sentido positivo da informalidade.

Já Laura e Jaqueline tinham na atividade de diarista seus meios de subsistência, mas durante

a Pandemia conseguiram contar com o apoio de suas famílias; Laura com seus pais e Jaqueline com seu marido. Laura, tinha 35 anos, era branca, solteira e mãe de dois filhos (uma criança e um bebê de 6 meses), sempre estudou em escola pública e ingressou em uma universidade pública em 2019. Suas experiências laborais foram todas sem carteira assinada. Como aspecto positivo do trabalho informal, mencionou a característica da flexibilidade de horário, explicou que por ser mãe já precisou interromper a jornada de trabalho algumas vezes para atender às necessidades dos filhos. Entretanto, pontuou a insegurança financeira e a impossibilidade de comprovar vínculo de trabalho como negativos em relação ao trabalho informal. Em 2020, começou a trabalhar como diarista, e parou em 2021 quando ganhou seu segundo filho.

Jaqueline, tinha 32 anos, era parda, casada e mãe de três crianças, estudou até o 2º ano do ensino médio em escola pública, interrompendo os estudos quando ficou grávida pela primeira vez. As experiências de trabalho seguintes transitaram de forma recorrente entre trabalhos formais e informais. Em 2019 foi demitida do trabalho em que possuía vínculo empregatício e logo depois começou a trabalhar como babá, em seguida como cuidadora de um idoso e mais tarde como diarista. A trabalhadora faz parte do expressivo grupo de mulheres negras e com baixa escolaridade inseridas na informalidade (Mello, 2016; Veloso; Filho; Peruchetti, 2022). A informalidade carrega para ela o sentido de imprevisibilidade de serviço, insegurança financeira e com fácil possibilidade de gerar acúmulo de função. Em comparação ao trabalho formal, sublinhou a ausência de direitos sociais trabalhistas, aspectos que fizeram com que passasse a ter a informalidade como algo transitório em seus planos. Explicou, ainda, que sua intenção é concluir o ensino médio e realizar um curso técnico em enfermagem para se inserir em um trabalho com carteira assinada.

As trabalhadoras de serviços de estética também foram outro grupo fortemente afetado. Os trabalhos de cabeleireira, manicure e massagista são exercidos principalmente por mulheres, em sua maioria sem vínculo empregatício (Rangel, 2021). Neste sentido, as trabalhadoras Cláudia, Bruna e Gabriele relataram baixa procura dos seus serviços. Bruna tinha 44 anos, era branca, casada, mãe de uma adolescente e cursava graduação em universidade particular. A trabalhadora transitou em vários trabalhos com e sem carteira assinada. Nos últimos 16 anos trabalhou em uma empresa com vínculo formalizado, mas nunca deixou de exercer alguma atividade informalmente. Há pouco tempo era manicure, mas com a baixa procura dos seus serviços, começou a trabalhar como fotógrafa, montando um estúdio em casa. Bruna citou a imprevisibilidade, tanto da prestação de serviços quanto da renda, como um aspecto negativo do trabalho informal. Porém, a informalidade também se apresenta como uma maneira de adquirir novos aprendizados para ela, razão pela qual tem caráter permanente em sua trajetória, mas não pensa em se desligar do trabalho formal, por

considerar a estabilidade, os horários fixos e os benefícios como forma de ter segurança em sua vida laboral. Bruna tem uma graduação em andamento e faz parte das trabalhadoras com escolaridade mais alta que tem ingressado em trabalhos informais (Pires, 2020).

Gabriele possuía 63 anos, se declarou branca, casada, tinha dois filhos adultos. Estudou até o 2º ano do ensino médio, sempre em escola pública, interrompendo os estudos quando começou a trabalhar, sem carteira assinada. Em 1987 fez curso de massoterapia e em 1992 começou a exercer a profissão de maneira informal. Gabriele não apresentou pontos negativos ou positivos associados ao trabalho informal. No entanto, não manifestou a intenção de deixar de trabalhar ou de buscar outra ocupação, assim como Karen, a idade de Gabriele é um fator que dificultaria sua inserção em trabalhos formais, somado ao fato de não ter concluído o ensino médio.

Claudia, tinha 30 anos, era branca, casada e mãe de uma criança pequena. Ela iniciou seus estudos em escola pública, mas interrompeu quando começou seu primeiro trabalho (sem carteira assinada), passou por diversas experiências laborais formais e informais. Mais tarde fez supletivo para concluir o ensino básico e realizou um curso profissionalizante de cabeleireira. Em 2013 montou seu salão de beleza, entretanto não possui Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e atualmente, cursa tecnólogo em gestão comercial.

A interlocutora manifestou que seu trabalho é central em sua vida e pontuou como positivo o fato de exercer seu trabalho em estabelecimento próprio. Apresentou, no entanto, como fator negativo as longas jornadas de trabalho. Para contornar os baixos rendimentos no contexto da Pandemia, Cláudia passou a ofertar a venda antecipada de serviços para arcar com gastos pessoais e com o aluguel do salão. A trabalhadora, juntamente o marido, era responsável pelo sustento familiar, até o marido ficar desocupado durante a Pandemia e ela ter que assumir a responsabilidade sozinha, o que produz uma transformação no sentido atribuído ao seu trabalho, em suas palavras: “(...) valorizei muito mais o meu trabalho durante a pandemia e vi que sim, meu trabalho é importante tanto quanto o dele, e que sim, o meu trabalho, sustenta a nossa casa se necessário for”.

As doceiras Ana (branca, 23 anos, pós-graduação incompleta, solteira e sem filhos/as) e Isadora (branca, 26 anos, pós-graduação completa, casada e sem filhos/as) e a padeira Mônica (parda, 30 anos, pós-graduação incompleta, casada e mãe de um bebê) tiveram suas atividades afetadas com o aumento constante do preço dos insumos dos alimentos. Ana trabalha como doceira informalmente desde 2013 como forma de complementar renda; já Isadora começou a vender doces e bolos e Mônica a vender pães e cucas no contexto pandêmico, ambas como estratégia para substituir a renda principal. As trabalhadoras contaram que, além da queda do número de

encomendas, o aumento do preço dos insumos dos alimentos afetou os rendimentos¹².

A interlocutora Ana tinha 23 anos, era branca, com pós-graduação em andamento, solteira, sem filhos/as e morava com sua mãe. Na época da entrevista fazia uma segunda graduação e uma pós-graduação, indicando um perfil atípico dentre trabalhadoras informais, mas cuja participação vem aumentando nos últimos anos (Pires, 2020). A sua primeira experiência de trabalho ocorreu em 2013, durante o ensino médio, de maneira informal, as suas experiências seguintes também foram sem carteira assinada.

Para Ana o trabalho informal tem um sentido instrumental, como meio de obtenção de um recurso complementar, uma vez que não é responsável pelo sustento familiar. Durante a entrevista descreveu o fato de trabalhar em casa como um aspecto negativo associados à informalidade, mas quando colocou em oposição ao trabalho formal listou sentidos negativos associados ao trabalho informal, destacando a jornada de trabalho indeterminada e a ausência de benefícios previdenciários. Apesar disso, não manifesta desejo de deixar a informalidade, pois, assim como para Karen, o não-trabalho foi associado como algo pior que trabalhar informalmente.

No contexto de crise sanitária, as interlocutoras que não tiveram seus rendimentos reduzidos foram Débora e Heloísa (brancas, com pós-graduação completa, com idades respectivamente de 30 e 29 anos, sem filhos/as), que trabalhavam como moderadoras de site remotamente como principal forma de sustento. Na Pandemia, o home office foi a solução adotada por várias empresas e instituições para continuar em funcionamento e evitar a aglomeração de pessoas, o que acabou sobrepondo as fronteiras entre a casa e o trabalho para muitas mulheres (Lemos, Barbosa e Monzato, 2020). Nesse cenário, Débora e Heloísa já estavam habituadas a realizar suas atividades remotamente e não relataram mudanças significativas em seus cotidianos.

Débora fez parte do ensino fundamental em escola pública, concluindo o ensino básico em escola privada. Concluiu a primeira graduação em 2017 em universidade particular, uma pós-graduação em 2021 e atualmente faz uma segunda graduação. No seu repertório de experiências laborais estão a realização de um estágio e vários trabalhos sem carteira assinada. Por último, começou a trabalhar como moderadora de site, no qual estava a um ano, atividade que considera fácil, com possibilidade de escolher seus horários de trabalho e que os rendimentos obtidos foram satisfatórios.

¹² Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o aumento do custo dos alimentos foi consequência da Pandemia em conjunto as diversas medidas executadas desde 2016, como a redução dos estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimentos (Conab), o fim do subsídio do gás e da política de valorização do salário mínimo e o aumento das exportações de alimentos contribuíram significativamente (DIEESE, 2021).

Heloísa concluiu o ensino fundamental e médio em escola pública e ingressou em uma universidade pública em 2011, obtendo a diplomação em 2015. Na sua trajetória laboral acumulou experiências em estágios, em trabalho formalizado e em trabalho informal como moderadora de site, o qual está atualmente. Sobre este último, destaca o “bom salário” e como negativo o local de trabalho ser sua casa e não poder acessar direitos trabalhistas. Heloísa percebe o trabalho de moderadora como temporário enquanto aguarda uma oportunidade para ingressar no mercado de trabalho e exercer sua profissão na área em que se formou.

Quando observadas as trajetórias laborais das interlocutoras, as que mais tiveram entradas e saídas em trabalhos formais e informais, foram Jaqueline e Cláudia. As duas começaram a vida laboral com 11 e 13 anos, respectivamente, acompanhada da interrupção da trajetória escolar. As entrevistadas Ana, Bruna, Gabriele e Karen apesar de terem tido menos entradas e saídas em trabalhos formais e informais permaneceram por mais tempo na informalidade quando comparadas às outras. Através das narrativas foi possível encontrar diferentes sentidos atribuídos ao trabalho informal, porém todas apresentaram como pontos negativos não ter acesso a direitos sociais vinculados a trabalhos formais.

Para enfrentar os impactos negativos em relação à renda durante a Pandemia da Covid-19, consequência citada pela maioria das interlocutoras, as entrevistadas mobilizaram, principalmente, redes de apoio familiares e comunitários. Apesar disto, para a maior parte das entrevistadas o contexto pandêmico não foi um fator interveniente que causou alguma mudança em como percebem a informalidade. No entanto, para algumas os sentidos foram reforçados, quando associado a necessidade de manterem-se ativas ou obterem novos aprendizados (como para as trabalhadoras Ana, Bruna, Karen). Para outras, o sentido sofreu mudanças, quando o trabalho desenvolvido informalmente passou a desempenhar papel relevante de subsistência familiar (no caso de Cláudia). Assim, é importante ressaltar que as relações com a informalidade são dinâmicas, pois podem se transformar com acontecimentos que reestruturam cotidianos e influenciam vivências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar o uso de narrativas como caminho para a compreensão dos sentidos do trabalho informal, que teve como foco as trajetórias sociais de mulheres inseridas na informalidade no contexto de Pandemia da Covid-19. A pesquisa, fundamentada tanto teoricamente quanto metodologicamente no campo sociológico, ofereceu uma visão aprofundada sobre como as trabalhadoras perceberam a informalidade em uma circunstância social e econômica de crise. Com

as entrevistas narrativas foi possível a produção, juntamente com as interlocutoras, de um material denso que possibilitou a reconstrução das principais experiências das entrevistadas nos contextos familiar, escolar e laboral e analisar a reapropriação singular do social que as rodeia.

A narrativa também se revelou como um meio crucial para promover uma compreensão mais profunda e crítica das estruturas sociais que perpetuam as desigualdades no mundo do trabalho, uma vez que as interlocutoras foram afetadas de maneiras específicas, de acordo com os marcadores sociais das diferenças, as atividades desenvolvidas, a permanência e os rendimentos obtidos em trabalhos informais. A partir destas categorias, os resultados apontaram para relações diferentes com a informalidade, ainda que todas tenham apresentado uma visão crítica à informalidade e uma valorização de trabalhos formais. Fato que chama atenção tendo em vista o avanço de valores neoliberais no mundo do trabalho, que perpetuam ideias positivas – como independência, autonomia e flexibilidade – em relação à informalidade, aspecto que merece atenção em pesquisas futuras sobre o tema.

A Pandemia da Covid-19 provocou a redução dos rendimentos obtidos para a maior parte das entrevistadas e as estratégias adotadas para contornar as consequências decorrentes estavam entrelaçadas com as redes de apoio ou de sobrevivência disponíveis à elas, sendo elas principalmente às familiares e comunitárias. Entretanto, este contexto não provocou alteração dos sentidos atribuídos à informalidade para a maioria das trabalhadoras, para aquelas que relataram alguma transformação, os sentidos tiveram algum de seus aspectos reforçados ou mudaram completamente.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. In.: MARQUES, L. (Org.). *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 13-39, 2021.

ALVES, Paulo César. Fenomenologia e teoria social. In: *Civitas*, v. 21, n. 1., p. 12-22, 2021.

AMARAL, Rosane Aparecida. *O sentido do Trabalho: visões de um problema nos séculos XIX e XX*. 1994. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal de São Paulo (USP). São Paulo, SP. 1994.

ANDRADE, Sílvia Patricia Cavalheiro de; TOLFO, Suzana da Rosa; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Sentidos do Trabalho e Racionalidades Instrumental e Substantiva: Interfaces entre a Administração e a Psicologia. In: *Revista de Administração Contemporânea*, v. 16, n. 2, p. 200-216, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. In: *Caderno de Pesquisa*, v.43, n.149, p. 452-477, 2013.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In.: *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, 2004.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. *Os sentidos do trabalho autosugerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de economia solidária*. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70. 2011.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. In: *Cad. CEDES*, v. 19, n. 44, p. 19-32, 1998.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; PINHO, Ana Paula Moreno; COSTA, Clériston Alves. Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. In: *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 6., p. 20-29, 1995.

BITENCOURT, Alvaro Hummes. *Mulheres e sistema prisional: O sentido do trabalho para quem viveu e vive a égide do cárcere*. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

BORGES, Livia de Oliveira. Os atributos e a medida do significado do trabalho. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 13, n. 2, 1997.

BORGES, Livia de Oliveira. As concepções do trabalho: Um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. In: *Revista de Administração Contemporânea*, v. 3, n. 3, 1999.

BORGES, Livia de Oliveira; FILHO, Antônio Alves. A mensuração da motivação e do significado do trabalho. In: *Estudos psicol.*, v. 6, n. 2. 2001.

BORGES, Livia de Oliveira; FILHO, Antônio Alves. A estrutura fatorial do Inventário do Significado e Motivação do Trabalho. In: *IMST. Aval. psicol.*, v. 2, n. 2, 2003.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1986-1995*. São Paulo: Textos FCC, 1998.

CODA, Roberto; FONSECA, Glaucia Falcone. Em busca do significado do trabalho: relato de um estudo qualitativo entre executivos. In: *Revista Brasileira e Gestão de Negócios*, v. 6, n. 14. 2004.

COUTINHO, Maria Chalfin; GOMES, July Silveira. Sentidos do trabalho: reflexões a partir de uma oficina vivencial desenvolvida com jovens. In: *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 1, n. 1, 2006.

D'ACRI, Vanda. Trabalho e saúde na indústria têxtil de amianto. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17,

n. 2, p. 13-22, 2003.

D'ARISBO, Anelise; BOFF, Daiane; OLTRAMARI, Andrea Poletto; SALVAGNI, Julice. Regimes de flexibilização e sentidos do trabalho para docentes de ensino superior em instituições públicas e privadas. In: *Trab. educ. saúde.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2., p. 495-517, 2018.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pandemia pode ser oportunidade para a construção de um mundo novo. *Boletim de Conjuntura*, São Paulo, n. 22, maio de 2020.

FELIX, Jorge. O idoso e o mercado de trabalho. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (orgs.) In: *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, p. 241-263, 2016.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; FERNANDES, Paula Cristina de Moura. Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa. In: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 22, n. 2. 2019.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

JARDIM, Fernanda Santana. *O sentido do trabalho na contemporaneidade: um estudo de caso*. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. W. Entrevista narrativa. In.: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LAHIRE, Bernard. *O homem Plural: Os determinantes da ação*. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2002.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed. 1ª ed. 2004.

LAHIRE, Bernard. O singular plural, por Bernard Lahire. Tradução: Thiago Panica. In: *Cadernos do Sociófilo*. Rio de Janeiro, IESP/UERJ, p. 1-10, 2016.

LEAL, Eduardo Martinelli. Trabalho e relações de classe em tempos de pandemia. In: *Tessituras*, Pelotas/RS, v. 8, n. 1, p. 57-62, 2020.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; SÁ, Julianna Gripp Spinelli de. Sentido do Trabalho: Análise da Produção Científica Brasileira. In: *Revista ADM. MADE.*, v. 21, n. 3, p. 21-39, 2017.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a Pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. In: *RAE*, São Paulo, v. 60, n. 6, p. 388-399, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In: *Revista Estudos Feministas*, p. 935-952, 2014.

- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In.: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LOMBARDI, M. R. Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero. In: *Cad. Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n.163, p. 122-146, 2017.
- MARINS, Mani Tebet; RODRIGUES, Mariana Nogueira; SILVA, Jéssica Maldonado Lago da; SILVA, Karen Cristina Martins da; CARVALHO, Paola Loureiro. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. In: *Soc. estado.*, v. 36, n. 2, maio-ago., p. 669-692, 2021.
- MARIZ, Ricardo Spindola. *Os sentidos do trabalho docente na educação superior privada em expansão (1990 a 2010)*. 2010. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- MELLO, Luciana Garcia. De dia é doméstica, de noite é mulata! A inserção e participação da mulher negra no mercado de trabalho. In.: SILVA, Márcia Alves da (Org.). *Gênero e diversidade: debatendo identidades*. São Paulo: Perse, p. 153-171, 2016.
- MICK, Jacques; NOGUEIRA, João Carlos. *Viver por conta própria: como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.
- MORIN, Estelle. Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n. 3., p. 8-19, 2001.
- MOURA, Leila Silva de. Juventude e trabalho: **O sentido do trabalho para o jovem aprendiz**. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2009.
- NOGUEIRA, Mauro Oddo. A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira. Rio de Janeiro: *IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. 2016.
- NOGUEIRA, Mauro Oddo. Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, v. 64. 2018.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete dos Santos de. *O sentido do trabalho para o servidor técnico-administrativo da UFPA*. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. 2012.
- OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmíria C., Fontoura, Daniele dos Santos; SCHWEIG, Cristine. Buscando o sentido do trabalho. In.: *Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Porto Alegre, RS: ANPAD. 2004.
- PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. *Revista Katál*, v. 21, n. 3. 2018.
- PIRES, Ana Tereza. Crescimento da informalidade é maior dentre os trabalhadores com ensino superior. *IDADOS*, 2020.

PRATES, Caroline; SILVA, Natália Gomes da; PICCININI, Valmíria Carolina. O Sentido do Trabalho para o Operário: estudo de caso em uma fábrica de componentes eletrônicos. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 13, n. 24, p. 139-160, 2014.

PRATES, Ian; LIMA, Márcia; SOUSA, Caio J.; COSTA, Gisele S.; BERTOLOZZI, Thayla B. Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. *CEBRAP, Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19*, n. 7, 2021.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Revista Estud. Av.*, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.

RANGEL, Felipe. Percepções da informalidade: sobre representações e experiências. In.: MARQUES, L. (org). *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

RODRIGUES, Renan. A sociologia de Bernard Lahire e suas críticas à sociologia de Pierre Bourdieu. *Sinais. Rev. de Ciências Sociais*. v. 22, n. 1, p. 28-47, 2018.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, v. 14, n. 2, p. 227-249, 2014.

SIQUEIRA, Gabriela Pecantet. *Os sentidos do trabalho informal no contexto de pandemia da COVID-19: Uma análise disposicional de narrativas de mulheres*. 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2022.

SIQUEIRA; Gabriela Pecantet; ALMEIDA, Marilis Lemos de. Trabalho, informalidade e gênero: sentidos do trabalho durante a Pandemia da Covid-19. In.: *Anais do 21º Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo, SP: SBS, 2023.

SILVA, Fernanda Dias dos Santos da. *Quando as lagartas não se transformam em borboletas: Metamorfoses do sentido do trabalho para os auxiliares de apoio operacional da empresa SERPRO*. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2020.

SOUZA, Janair Machado de. *Os sentidos do trabalho e o envelhecimento: um estudo de caso com adultos maduros que atuam como corretores de imóveis*. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

SPINK, Mary Jane Paris; GIMENES, Maria da Gloria. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde e sociedade*, v. 3, n. 2., p. 149-171, 1994.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TOKARSKI, Carolina; PINHEIRO, Luana. Trabalho Doméstico Remunerado e Covid-19: aprofundamento das vulnerabilidades em uma ocupação precarizada. *IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 26, mar., p. 55-64, 2021.

TOLFO, Suzana; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia e Sociologia*, v. 19, edição especial, p. 38-46, 2007.

VELOSO, Fernando; FILHO, Fernando de Holanda Barbosa; PERUCHETTI, Paulo. *Impactos da educação no mercado de trabalho*. IBRE - FGV, p. 1-18, 2022.

Licença e Direitos:



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).